

RELATÓRIO DE GESTÃO 2020

RELATÓRIO DE GESTÃO

Senhores Acionistas / Sócios

Dando cumprimento ao preceituado nos artigos n.ºs 65.º e 66.º do Código das Sociedades Comerciais, vimos submeter à vossa apreciação o Relatório de Gestão da entidade:

Escola Profissional do Marques de Valle Flor, Lda

Relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

1- APRECIACÃO GLOBAL DA GESTÃO

Neste exercício de 2020, a direção desenvolveu atividades com o objetivo de melhorar o desempenho da entidade, equilibrar a sua posição financeira, nomeadamente a criação de valor para os detentores de capital.

A entidade obteve um Resultado Líquido do Exercício positivo de 69.940,63€.

2- EVOLUÇÃO DOS PRODUTOS E DO VOLUME DE NEGÓCIOS

(Análise da produção e do volume de negócios relativamente ao exercício anterior e das suas variações em valor e percentagem).

Quadro da Evolução dos Rendimentos

	2020	2019	Incremento	
			Valor	%
Prestação de Serviços	9.754,36	55.593,38	-45.839,02	-82,45%
Subsídios à exploração	746.593,56	661.860,11	84.733,45	12,80%
Outros rendimentos	45.389,97	24.363,01	21.026,96	86,31%
Total dos Rendimentos	801.737,89	741.816,50	59.921,39	8,08%

3- EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

(Análise das principais rubricas de gastos também relativamente ao período anterior e suas variações, nomeadamente os seguintes: custo das mercadorias vendidas e das

matérias consumidas; fornecimentos e serviços externos - subcontratos, eletricidade, combustíveis, comissões, outros; gastos com o pessoal; provisões; depreciações e amortizações e gastos e perdas financeiras).

Quadro da Evolução dos Gastos

	2020	2019	Incremento	
			Valor	%
CMVMC	6.144,16	29.135,58	-22.991,42	-78,91%
FSE	200.080,93	196.557,44	3.523,49	1,79%
Trabalhos Especializados	118.684,08	95.127,00	23.557,08	24,76%
Publicidade e Propaganda	8.405,80	2.498,04	5.907,76	236,50%
Honorários	186,00		186,00	
Conservação e Reparação	3.929,56	5.648,68	-1.719,12	-30,43%
Ferramentas e Utensílios	1.171,17	79,35	1.091,82	1375,95%
Artigos para Oferta		111,23	-111,23	-100,00%
Eletricidade	4.417,08	13.638,41	-9.221,33	-67,61%
Combustíveis	1.692,20	8.020,61	-6.328,41	-78,90%
Deslocações e Estadas	109,15	765,80	-656,65	-85,75%
Transportes de Mercadorias	507,51		507,51	
Comunicação	2.215,72	2.744,12	-528,40	-19,26%
Despesas de Representação	166,00	323,00	-157,00	-48,61%
Outros	53.309,15	57.271,86	-3.962,71	-6,92%
TOTAL FSE	194.793,42	186.228,10	8.565,32	4,60%
Gastos Com Pessoal	312.149,41	317.395,83	-5.246,42	-1,65%
Depreciações e Amortizações	8.858,06	5.212,47	3.645,59	69,94%
Outros Gastos e Perdas	197.812,17	224.451,89	-26.639,72	-11,87%
Juros	3.676,62	5.012,72	-1.336,10	-26,65%
Outros Gastos e Perdas Financiamento	256,09	917,28	-661,19	-72,08%
Total dos Gastos e Perdas Financ.	3.932,71	5.930,00	-1.997,29	-33,68%
Total dos Gastos e Perdas	728.977,44	778.683,21	-49.705,77	-6,38%

4- INVESTIMENTOS NO EXERCÍCIO

(Divulgação dos principais investimentos efetuados.)

Quadro Investimento em Ativos Fixos Tangíveis

	2020	2019	Incremento	
			Valor	%
Edifícios				
Equipamento Básico	7.793,43		7.793,43	
Equipamento de Transporte		23.600,00	-23.600,00	-100,00%
Equipamento Administrativo				
Outros Ativos Fixos Tangíveis	3.628,50		3.628,50	
Total	11.421,93	23.600,00	-12.178,07	-51,60%

Quadro Valores de Ativos Fixos Tangíveis

	2020	2019	Incremento	
			Valor	%
Edifícios	5.128,00	5.128,00		
Equipamento Básico	126.590,84	118.797,41	7.793,43	6,56%
Equipamento de Transporte	26.390,00	26.390,00		
Equipamento Administrativo	128.156,24	128.156,24		
Outros Ativos Fixos Tangíveis	25.820,71	22.192,21	3.628,50	16,35%
Total	312.085,79	300.663,86	11.421,93	3,80%

5- TERCEIROS

O valor de 282.889,22€ (191.048,08€ em 2019) existente na rubrica Dívidas de Terceiros é referente a dívidas dos sócios e de outros devedores diversos que ainda não foram regularizadas.

O valor de 262.366,82€ (241.085,13€ em 2019) existente na rubrica Dívidas a Terceiros é referente a dívidas a instituições de crédito, a fornecedores, ao Estado e a outros credores diversos que ainda não foram regularizadas.

7- FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Desde 31 de Dezembro de 2020 até à data deste relatório não ocorreu qualquer facto digno de referência.

8- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em Assembleia Geral de aprovação de contas do exercício de 2020 será proposto a transferência do Resultado Líquido positivo de 69.940,63€ para Resultados Transitados.



9- ENCERRAMENTO

Aos nossos alunos, aos nossos fornecedores e às instituições de crédito expressamos o nosso agradecimento pela colaboração e confiança que sempre nos prestaram.

Aos nossos colaboradores agradecemos o empenho e a dedicação que sempre manifestaram.

Murça, 03 de março de 2021

A Entidade

maria Edite da Costa fernandes de Sousa



CONTAS DE GERÊNCIA 2020

Escola Profissional do Marques de Vale Flôr, Lda

Contribuinte: 504537822

Exercício: 2020

Pág. 1

Moeda: EUR

Balanço Individual em 31-12-2020

RUBRICAS		NOTAS	Data	
			31/12/2020	31/12/2019
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	4	30.520,52	27.724,56	
Ativos intangíveis	5		232,09	
Investimentos financeiros	10.2	1.189,59	955,11	
		31.710,11	28.911,76	
Ativo corrente				
Estado e outros entes públicos	10.4.2		656,00	
Acionistas/sócios	10.4.1, 14.1	86.089,10	89.315,23	
Outros créditos a receber	10.4.1, 14.1	196.800,12	101.076,85	
Diferimentos	14.3	2.159,98	2.614,07	
Caixa e depósitos bancários	14.8	11.667,96	14.631,04	
		296.717,16	208.293,19	
Total do ativo		328.427,27	237.204,95	
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital próprio				
Capital subscrito	10.3	49.879,78	49.879,78	
Reservas legais	10.3	10.487,85	10.487,85	
Outras reservas	10.3	129.068,08	129.068,08	
Resultados transitados	10.3	-193.315,89	-156.384,58	
		-3.880,18	33.051,13	
Resultado líquido do período	10.3, 14.10	69.940,63	-36.931,31	
Total do capital próprio		66.060,45	-3.880,18	
Passivo				
Passivo não corrente				
Passivo corrente				
Fornecedores	10.4.1	25.201,10	9.093,35	
Estado e outros entes públicos	10.4.2, 13, 14.9	16.327,09	9.423,68	
Acionistas/sócios	10.4.1, 14.1	3.477,86	2.331,35	
Financiamentos obtidos	6, 10.4.3, 14.6	125.000,00	77.500,00	
Outras dívidas a pagar	10.4.1, 13, 14.1, 14.2	92.360,77	142.736,75	
		262.366,82	241.085,13	
Total do passivo		262.366,82	241.085,13	
Total do capital próprio e do passivo		328.427,27	237.204,95	

A Entidade

O Contabilista Certificado

Maria Edite da Costa Fernandes de Sousa

Luís Leite

CC n.º 39242

Escola Profissional do Marques de Vale Flôr, Lda
Contribuinte: 504537822
Exercício: 2020

Pág. 1

Moeda: EUR

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas do Período Findo em 31-12-2020

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	8	9.754,36	55.593,38
Subsídios à exploração	9	746.593,56	661.860,11
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-6.144,16	-29.135,58
Fornecimentos e serviços externos	14.4	-200.080,93	-196.557,44
Gastos com o pessoal	11	-312.149,41	-317.395,83
Outros rendimentos	14.7	45.389,97	24.363,01
Outros gastos	14.5	-197.812,17	-224.451,89
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		85.551,22	-25.724,24
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4, 5	-8.858,06	-5.212,47
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		76.693,16	-30.936,71
Juros e gastos similares suportados	6, 14.6	-3.932,71	-5.930,00
Resultado antes de impostos		72.760,45	-36.866,71
Imposto sobre o rendimento do período	14.4.2, 14.9	-2.819,82	-64,60
Resultado líquido do período		69.940,63	-36.931,31

A Entidade

O Contabilista Certificado

Maria Edite da Costa Fernandes de Sousa

Luís Leite
CC n.º 39242

Escola Profissional do Marques de Vale Flôr, Lda

Contribuinte: 504537822

Exercício: 2020

Moeda: EUR

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa período Findo em 31 de dezembro de 2020

RUBRICAS	NOTAS	Exercícios	
		2020	2019
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes e alunos		21.070,44	83.997,65
Recebimentos POCH		586.926,86	824.481,24
Comparticipação Entidades		10.000,00	
Pagamentos a fornecedores		-190.364,52	-236.786,28
Pagamentos ao pessoal		-315.588,87	-312.606,80
Pagamentos Subsídios aos Alunos		-188.574,66	-225.035,05
<i>Caixa gerada pelas operações</i>		-76.530,75	134.050,76
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros Recebimentos/Pagamentos		39.880,59	2.254,89
<i>Fluxos das atividades operacionais (1)</i>		-36.650,16	136.305,65
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-9.873,21	
Recebimentos provenientes de:			
<i>Fluxos das atividades de investimento (2)</i>		-9.873,21	
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		475.000,00	237.500,00
Subsídios e doações			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-427.500,00	-367.818,41
Juros e gastos similares		-3.939,71	-5.897,81
<i>Fluxos de atividades de financiamento (3)</i>		43.560,29	-136.216,22
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-2.963,08	89,43
Efeitos das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		14.631,04	14.541,61
Caixa e seus equivalentes no fim do período		11.667,96	14.631,04

A Entidade

O Contabilista Certificado

Maria Edite da Costa Fernandes de Sousa

Luís Leite
C C n.º 39242

ANEXO
(Período 2020)



1 - Identificação da entidade

1.1 — Designação da Entidade

Escola Profissional do Marques de Valle Flôr, Lda.

NIPC: 504.537.822

1.2 — Sede

Rua do Marques de Valle Flôr

5090-138 Murça

1.3 — Natureza da Atividade

Entidade proprietária e sociedade de gestão da escola profissional de Murça, nas suas vertentes culturais, técnicas, pedagógicas e tecnológicas.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte do ano civil, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 2º da Portaria nº 986/2009 de 7 de setembro, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em Euros.

2.1 – As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística aprovado pelo decreto-lei nº 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho,

tendo sido adotada a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE), constante do Aviso n.º 8257/2015, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 146, de 29 de julho de 2015.

2.2 - Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior, bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

Todas as contas do balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com as do período anterior.

3 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 - Principais políticas contabilísticas

3.1.1 — Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

3.1.1.1 - Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

3.1.1.2 - Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do

recebimento), sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas respetivas contas das rubricas “*Devedores e credores por acréscimos*” e “*Diferimentos*”.

3.1.1.3 - Consistência de apresentação

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utilizadores da informação.

3.1.1.4 - Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utilizadores da informação com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.1.5 – Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.1.6 - Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas demonstrações financeiras, com respeito ao período anterior, respeitando o princípio da continuidade da entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das

políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.1.2 - Outras políticas contabilísticas

3.1.2.1 - Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de dezembro de 2009 encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual, dependendo das circunstâncias, corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os aumentos à quantia escriturada em resultado das revalorizações efetuadas até aquela data foram creditados em excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis, nos capitais próprios da entidade

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, quando o ativo estiver disponível para uso, pelo método da linha reta, numa base de duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Ativos fixos tangíveis	Número de anos
Edifícios e out. construções	2
Equipamento básico	3 a 8
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	8
Outros ativos fixos tangíveis	8 a 10

Os terrenos não são depreciados.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

3.1.2.2 – Propriedades de Investimento

As Propriedades de Investimento existentes no Balanço foram adquiridas pela entidade e inclui o preço de compra mais os custos de transação, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, pelo método da linha reta, numa base de duodécimos, de acordo com as vidas úteis estimadas para os edifícios 50 anos e os terrenos não são depreciados.

3.1.2.3 - Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas. Os ativos intangíveis são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam em estado de uso, pelo método de linha reta, numa base de duodécimos, durante um período de 3 anos para os programas de computador e 10 anos nos bens registados em propriedade industrial.

3.1.2.4 – Investimentos Financeiros

Os Investimentos Financeiros existentes no Balanço dizem respeito ao Fundo de Compensação de Trabalho, mensurado pelo justo valor.

3.1.2.5 - Imparidade de ativos

À data do balanço a entidade avalia se há algum indício de que o ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na demonstração dos resultados.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida como rendimento na demonstração dos resultados e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

3.1.2.6 – Inventários

Mercadorias, matérias-primas, subsidiárias e de consumo - estes inventários encontram-se valorizados ao menor de entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido.

O custo destes inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o crédito é reconhecido.

3.1.2.7 - Custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo.

3.1.2.8 - Instrumentos financeiros

i) Dívidas de terceiros

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado não terem implícitos juros. São apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

ii) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando

[Handwritten signature and initials]

cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iii) Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iv) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo.

3.1.2.9 – Rédito

O rédito relativo a prestação de serviços e juros, decorrentes da atividade ordinária da entidade, é reconhecido pelo seu justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito proveniente das vendas de produtos compreende os montantes faturados líquidos de descontos e abatimentos.

Os juros são reconhecidos utilizando o regime do acréscimo.

3.1.2.10 - Subsídios do Governo

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis, são inicialmente reconhecidos como componente dos Capitais próprios e subsequentemente imputados como rendimentos do exercício na proporção das depreciações efetuadas em cada período e/ou durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.

Os subsídios que se destinam à exploração são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica “Subsídios a exploração” da demonstração dos resultados a que respeitam, independentemente da data do seu recebimento.

3.1.2.11 - Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem ordenados, subsídio de férias e de natal, e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável bem como as faltas autorizadas e remuneradas.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago no período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados conforme o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

3.1.2.12 - Eventos subsequentes:

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”) são refletidos nas demonstrações financeiras da entidade. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

Handwritten signature and initials in blue ink.

3.1.3 — *Principais pressupostos relativos ao futuro*

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

3.1.4 — *Principais fontes de incerteza das estimativas*

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.

3.2 - *Alterações nas políticas contabilísticas.*

Não foi alterada qualquer política contabilística no contexto do período de 2020.

3.3 - *Alterações nas estimativas contabilísticas: indicação do efeito no período corrente e em períodos futuros.*

Não se verificaram alterações nas estimativas contabilísticas com os efeitos referidos em epígrafe.

3.4 - *Correção de erros de períodos anteriores: indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período.*

Não se detetaram erros materiais que provocassem impactos significativos nas demonstrações financeiras.

4 - Ativos fixos tangíveis

Ver ponto 3.1.2.1 na nota 3 deste anexo

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas (agregada com perdas por imparidade acumuladas), a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates e as alienações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos fixos tangíveis							
Quantias brutas escrituradas	2018	Adições	Alienações /abates	2019	Adições	Alienações /abates	2020
Edif. e outras construções	5.128,00			5.128,00			5.128,00
Equipamento básico	118.797,41			118.797,41	7.793,43		126.590,84
Equipamento de transporte	2.790,00	23.600,00		26.390,00			26.390,00
Equipamento administrativo	128.156,24			128.156,24			128.156,24
Out. ativos fixos tangíveis	22.192,21			22.192,21	3.628,50		25.820,71
Sub-total	277.063,86	23.600,00		300.663,86	11.421,93		312.085,79
Depreciações e perdas por imparidade	2018	Adições	Alienações /abates	2019	Adições	Alienações /abates	2020
Edif. e outras construções	1.439,51	102,56		1.542,07	102,56		1.644,63
Equipamento básico	116.093,84	1.502,18		117.596,02	1.678,95		119.274,97
Equipamento de transporte	2.266,88	2.489,79		4.756,67	5.900,00		10.656,67
Equipamento administrativo	127.364,50	499,95		127.864,45	291,79		128.156,24
Out. ativos fixos tangíveis	20.959,76	220,33		21.180,09	652,67		21.832,76
Sub-total	268.124,49	4.814,81		272.939,30	8.625,97		281.565,27
Quantias líquidas escrituradas	8.939,37	18.785,19		27.724,56	2.795,96		30.520,52

5 - Ativos intangíveis

Ver ponto 3.1.2.3 na nota 3 deste anexo

A quantia bruta escriturada, as amortizações acumuladas (agregada com as perdas por imparidade acumuladas), a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates e as alienações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos intangíveis							
Quantias brutas escrituradas	2018	Adições	Alienações /abates	2019	Adições	Alienações /abates	2020
Programas de computador	5.982,82			5.982,82			5.982,82
Sub-total	5.982,82			5.982,82			5.982,82
Amortizações e perdas por imparidade	2018	Adições	Alienações /abates	2019	Adições	Alienações /abates	2020
Programas de computador	5.353,07	397,66		5.750,73	232,09		5.982,82
Sub-total	5.353,07	397,66		5.750,73	232,09		5.982,82
Quantias líquidas escrituradas	629,75	-397,66		232,09	-232,09		

6 - Custos de empréstimos obtidos

Indicação da quantia de custos de empréstimos obtidos capitalizada durante o período, discriminada por naturezas de ativos que se qualificam.

Nenhum dos empréstimos obtidos está relacionado com Ativos qualificáveis. Nestas condições, os custos decorrentes de tais empréstimos são, de imediato, reconhecidos como gastos do período.

7 – Inventários

Ver ponto 3.1.2.6 na nota 3 deste anexo

7.1 — As demonstrações financeiras devem divulgar:

a) As políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada;

Os inventários são valorizados ao menor de entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. As saídas de armazém (consumos) são valorizadas ao custo médio ponderado.

d)1 - A quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período;

Quantias de inventários reconhecidas como gastos durante o período	2020			2019		
	Mercadorias	Mat-primas, sub., consumo	Total	Mercadorias	Mat-primas, sub., consumo	Total
Inventários no começo do período						
Compras		6.144,16	6.144,16		29.135,58	29.135,58
Regularizações						
Inventários no fim do período						
CMVMC		6.144,16	6.144,16		29.135,58	29.135,58

APR

CONF.

8 - Rendimentos e gastos:

8.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços.

O reconhecimento dos réditos provenientes dos serviços prestados é feito com base nos valores faturados aos clientes, decorrentes de tais serviços. Os réditos decorrentes da faturação dos serviços de arrendamento são reconhecidos como rendimentos no início do período (mensal) a que o serviço respeita, não havendo problemas relacionados com a fase de acabamento destas transações. Quanto aos réditos provenientes dos serviços de estacionamento tarifados, os mesmos são reconhecidos no final do período a que respeitam, sendo também sempre respeitado o princípio da especialização dos exercícios.

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Ver nota 3.1.2.9 da nota 3 deste anexo

Réditos reconhecidas no período	2020	2019
Venda de bens		
Prestação de serviços	9.754,36	55.593,38
Juros		
Total	9.754,36	55.593,38

8.2 - Quantia e natureza de elementos isolados de rendimentos ou dos gastos cuja dimensão ou incidência sejam excecionais.

Em 2020 não existiram rendimentos ou gastos de natureza isolada

h
C
A

9 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas:

Ver ponto 3.1.2.10 na nota 3 deste anexo

9.1 — Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras.

Os subsídios atribuídos pelo Estado, e que se destinam a financiar parte dos investimentos em ativo não corrente encontram-se apresentados no balanço como componente de capital próprio, sendo imputados aos rendimentos do período na proporção das depreciações/amortizações efetuadas, em cada período.

Os subsídios que se destinam à exploração encontram-se apresentados na demonstração de resultados como rendimento do período.

Entidades	2020	2019
POCH/FSE	595.821,26	522.051,43
POCH/OSS	105.144,94	92.126,73
Outras participações (entidades)	45.627,36	47.681,95
Total	746.593,56	661.860,11

10 - Instrumentos financeiros

10.1 – Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas na contabilização de instrumentos financeiros.

A entidade procede à mensuração dos seguintes instrumentos financeiros ao custo menos perda por imparidade:

- Ativos e passivos financeiros tais como clientes, fornecedores, contas a receber, contas a pagar ou empréstimos bancários; e
- Contratos para contrair empréstimos.

Os instrumentos financeiros negociados em mercado líquido e regulamentado são mensurados ao justo valor, reconhecendo-se as variações deste por contrapartida de resultados do período.

Em termos de reconhecimento, a entidade reconhece um ativo financeiro/passivo financeiro apenas quando a entidade se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Genericamente e mais frequentemente, os ativos financeiros são desreconhecidos apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram.

Os passivos financeiros (ou parte de um passivo financeiro) são desreconhecidos apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

Em cada data de relato, a entidade avalia a imparidade de todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a entidade reconhece uma perda por imparidade na demonstração dos resultados.

10.2 - Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor:

a) Cotação de mercado; e

b) Justo valor, alterações no justo valor inscritas diretamente na demonstração dos resultados e alterações de justo valor inscritas no capital próprio, para cada categoria de instrumentos financeiros.

Os únicos instrumentos financeiros mensurados ao justo valor são os investimentos financeiros detidos pela entidade, correspondentes às contribuições de carácter obrigatório para o Fundo de Compensação do Trabalho. Qualquer alteração no justo valor dos mesmos é reconhecida na demonstração de resultados.

Instrumentos Financeiros

Entidades	2018	Aumentos	Diminuições	2019	Aumentos	Diminuições	2020
Fundo Compensação Trabalho	729,76	225,35		955,11	234,48		1.189,59
Total	729,76	225,35		955,11	234,48		1.189,59

10.3 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções das diferentes naturezas de itens de cada rubrica do capital próprio.

Outras rubricas de capitais próprios	2018	Aumentos	Reduções	2019	Aumentos	Reduções	2020
Capital	49.879,78			49.879,78			49.879,78
Reservas Legais	10.487,85			10.487,85			10.487,85
Outras Reservas	129.068,08			129.068,08			129.068,08
Resultados transitados	-131.214,61		-25.169,97	-156.384,58		-36.931,31	-193.315,89
Resultado Líquido	-25.169,97	25.169,97	-36.931,31	-36.931,31	109.691,76	-2.819,82	69.940,63
Total	33.051,13	25.169,97	-62.101,28	-3.880,18	109.691,76	-39.751,13	66.060,45

10.4 - Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço:

10.4.1 – Clientes, fornecedores e sócios.

Ver alínea i) e iii) do ponto 3.1.2.8 na nota 3 deste anexo

	Quantia bruta	Imparidades acumuladas	Quantia líquida	Quantia bruta	Imparidades acumuladas	Quantia líquida
Ativos	2020			2019		
Acionistas/sócios	86.089,10		86.089,10	89.315,23		89.315,23
Outros créditos a receber	196.800,12		196.800,12	101.076,85		101.076,85
Total	282.889,22		282.889,22	190.392,08		190.392,08
Passivos	2020			2019		
Fornecedores	25.201,10		25.201,10	9.093,35		9.093,35
Acionistas/sócios	3.477,86		3.477,86	2.331,35		2.331,35
Fornecedores de investimentos	1.548,72		1.548,72			
Outras dívidas a pagar	90.812,05		90.812,05	142.736,75		142.736,75
Total	121.039,73		121.039,73	154.161,45		154.161,45

h

C
Griff

10.4.2– Estado e outros entes públicos.

Estado e Outros Entes Públicos	2020	2019
Ativo		
EOEP - Imposto s/ rendimento		656,00
Total		656,00
Passivo		
EOEP - Imposto s/ rendimento	5.575,17	3.856,48
EOEP - Segurança Social	10.730,80	5.567,20
FCT e FGCT	21,12	
Total	16.327,09	9.423,68

10.4.3 – Financiamentos obtidos.

Ver alínea ii) do ponto 3.1.2.8 na nota 3 deste anexo

Financiamentos obtidos	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
2019				
CGD - Conta Caucionada	77.500,00			77.500,00
Total	77.500,00			77.500,00
2020				
CGD - Conta Caucionada	125.000,00			125.000,00
Total	125.000,00			125.000,00
Varição (2020-2019)	47.500,00			47.500,00

11 - Benefícios dos empregados

Ver ponto 3.1.2.11 na nota 3 deste anexo

11.1 — Número médio de empregados:

Vínculo	Início ano	Admissões	Demissões	Final ano
Efetivos	16		2	14
Termo certo				
Termo incerto				
Total	16		2	14
Número médio				15

Gastos com pessoal	2020	2019
Órgãos Sociais:	51.570,73	76.176,67
Remunerações	40.779,03	60.131,23
Sub. Alimentação	1.106,65	1.788,75
Encargos seg. social	9.685,05	14.256,69
Funcionários:	232.972,66	238.807,31
Remunerações	182.340,98	187.146,28
Sub. Alimentação	8.619,39	8.714,79
Encargos seg. social	42.012,29	42.946,24
Indemnizações	25.044,00	
Seguros	1.837,09	1.727,79
Outros	724,93	684,06
Total	312.149,41	317.395,83

11.2 — Membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão.

Direção:

Eduardo Jorge Milhões Fernandes Pinheiro, Diretor:

- Remunerações - 31.488,76€
- Indemnização por resolução contratual – 23.533,20€

Maria Amélia Pereirinha Miguéis Morais, Diretora Pedagógica – 30.841,64€

A Gerência é constituída por dois gerentes, representantes legais dos sócios, e que não auferem rendimentos a título de vencimento pelos serviços prestados.

12 – Acontecimentos após data de balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

13 - Divulgações exigidas por diplomas legais

13.1 - Decreto-lei 411/91 – Não existem dívidas em mora à segurança social em 31 de dezembro de 2020.

13.2 - Decreto-lei 534/80 – Não existem dívidas em mora ao Estado e outros entes públicos em 31 de dezembro de 2020.

13.3 – A 31 de dezembro de 2020 não existiam salários em dívida aos funcionários.

14 - Outras informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

14.1 – Outras contas a receber/pagar.

Outras contas a receber/pagar	2020	2019
Ativo - Outros créditos a receber		
Devedores por acréscimos de rendimentos		4.441,99
Orçamento POCH/OSS	196.319,92	96.634,86
Município de Murça	86.089,10	
Fornecedores	480,20	
Total	282.889,22	101.076,85
Passivo - Outros passivos correntes		
Credores por acréscimos de gastos	42.918,81	49.563,70
Orçamento POCH/OSS	3.191,26	54.421,61
Município de Murça	3.116,37	
Santa Casa da Misericórdia de Murça	361,49	
Alunos	44.701,98	38.751,44
Total	94.289,91	142.736,75

A.

CS

14.2 – Devedores e credores por acréscimos.

Acréscimos	2020	2019
Ativo - Acréscimos de rendimentos		
Fundo de manutenção geral		2.700,00
Mensalidades residência		103,00
Transporte pago por alunos		1.626,25
Livros		12,74
Total		4.441,99
Passivo - Acréscimos de gastos		
Férias e Sub. Férias a liquidar	36.053,94	40.795,58
Serviço docente (formadores + psicóloga)	5.300,69	7.371,86
Eletricidade, água, comunicação, renda	1.564,18	1.396,26
Total	42.918,81	49.563,70

14.3 – Diferimentos.

Diferimentos	2020	2019
Ativo - Gastos a reconhecer		
Trabalhos especializados	269,37	176,51
Publicidade e propaganda	15,00	68,10
Material de escritório		15,00
Seguros	1.875,61	2.354,46
Total	2.159,98	2.614,07

A

L.
Café

14.4 – Fornecimentos e Serviços Externos.

FSE	2020	2019
Trabalhos especializados	118.684,08	95.127,00
Publicidade e propaganda	8.405,80	2.498,04
Vigilância e segurança	278,30	
Honorários	186,00	
Conservação e reparação-edifícios o. const.	730,06	1.330,77
Conservação e reparação-eq. Básico	247,97	1.320,51
Conservação e reparação-eq. transporte	2.125,72	911,00
Conservação e reparação-eq. administrativo	631,47	1.039,08
Conservação e reparação-outros AFT	194,34	1.047,32
Serviços bancários	263,50	1.266,23
Ferramentas e utensílios	1.171,17	79,35
Material de escritório	2.351,99	1.757,89
Artigos para oferta		111,23
Material didático	5.287,51	10.469,34
Electricidade	4.417,08	13.638,41
Combustíveis	1.692,20	8.020,61
Água	281,57	772,07
Deslocações e estadas	109,15	765,80
Transporte de mercadorias	507,51	
Rendas e alugueres	45.236,20	48.332,26
Comunicação	2.215,72	2.744,12
Seguros	1.509,14	1.805,63
Contencioso e notariado	303,00	314,60
Despesas de representação	166,00	323,00
Limpeza, higiene e conforto	2.778,43	2.830,33
Outros FSE	307,02	52,85
Total	200.080,93	196.557,44

Handwritten signature and initials in blue ink.

14.5 – Outros Gastos.

Outros Gastos	2020	2019
Imposto de selo	1,10	
Imposto s/ transportes rodoviários	532,03	423,30
Taxas		44,95
Descontos pp concedidos		0,07
Correções de períodos anteriores	1.690,34	829,73
Quotizações	900,00	900,00
Subsídios aos alunos	194.651,20	222.224,63
Prémios/incentivos aos alunos		6,50
Multas e penalidades	32,58	12,57
Outros	4,92	10,14
Total	197.812,17	224.451,89

14.6 – Gastos e Perdas de Financiamento.

Ver ponto 3.1.2.7 na nota 3 deste anexo

Gastos e perdas de financiamento	2020	2019
Juros suportados	3.676,62	5.012,72
Despesas bancárias e comissões	256,09	917,28
Total	3.932,71	5.930,00

14.7 – Outros Rendimentos.

Outros Rendimentos	2020	2019
Descontos pp obtidos	0,28	0,01
Correções de períodos anteriores	37.802,34	996,54
Fundo de manutenção geral	2.790,00	10.845,00
Certificados/declarações	458,50	449,50
Módulos/exames	10,00	
Livros	939,11	1.353,82
Senhas de refeição		767,00
Penalidades/reparações	184,36	47,75
Material de papelaria	160,63	327,79
Transportes pago pelos alunos	2.784,75	9.323,10
Matrículas/renovações	260,00	252,50
Total	45.389,97	24.363,01

14.8 - Fluxos de caixa

Ver alínea iv) ponto 3.1.2.8 na nota 3 deste anexo

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Meios financeiros líquidos	2020	2019
Caixa	1.492,86	743,19
Depósitos à Ordem	10.175,10	13.887,85
Total	11.667,96	14.631,04

14.9 - Impostos sobre o rendimento

Calculo de impostos sobre o rendimento do período	2020			2019		
	Incidência	Taxa	Imposto	Incidência	Taxa	Imposto
Resultado Antes de Impostos	22.346,49	12,50%	2.793,31	-36.866,71		
Derrama						
Tributação Autónomas	198,20	5,00%	9,91		5,00%	
Tributação Autónomas	166,00	10,00%	16,60	323,00	20,00%	64,60
Estimativa de Imposto			2.819,82			64,60
PEC	656,00		656,00	656,00		
Pagamentos por conta						
Retenções na fonte						
Imposto a pagar/receber			2.163,82			64,60

14.10 – Proposta de Aplicação de Resultados

Em Assembleia Geral de aprovação de contas do exercício de 2020 será proposto a transferência do resultado líquido positivo de 69.940,63€ para a conta de Resultados Transitados.

14.11 – A propagação do vírus COVID-19 à escala mundial, durante ano de 2020, teve impactos significativos a níveis sociais, económicos e financeiros. Prevê-se também que esta situação continue durante o 1º semestre de 2021.

Face à situação de emergência sanitária decorrente da pandemia COVID-19 a Direção adotou medidas de higiene e segurança emanadas pela DGS.

Murça, 03 de março de 2021

A Entidade

O Contabilista Certificado

Maria Edite da Costa Fernandes de Sousa

Luís Leite

CC n.º 39242



Escola Profissional do Marques de Valle Flôr, Lda.

Sede: Rua do Marques Valle Flôr- Murça

DECLARAÇÃO

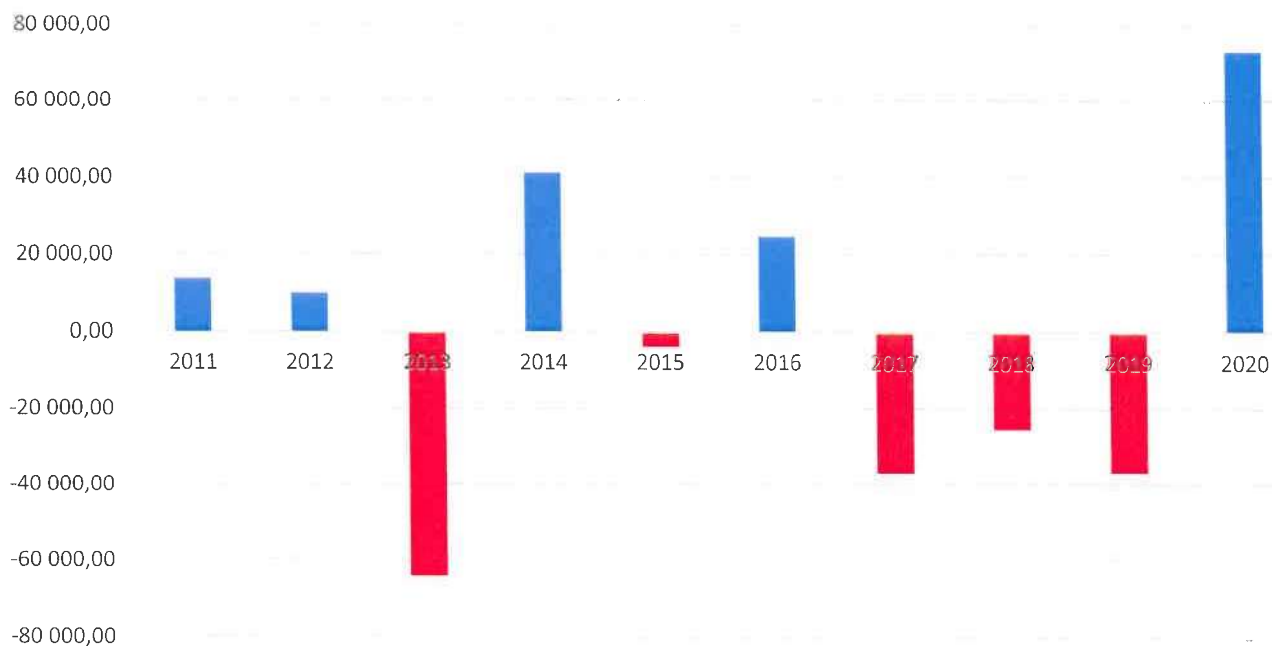
Declara-se para os devidos efeitos e para depósito de contas do ano de 2020 que a esta instituição não lhe é exigida a designação de revisor de oficial de contas para proceder à revisão legal já que não ultrapassou, durante dois anos consecutivos, dois dos três limites referidos nas alíneas a), b) e c) do art.º 262º do C.S. Comerciais.

Maria Edite da Costa Fernandes de Sousa

EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS

ANO CIVIL	RESULTADO ANTES IMPOSTOS
2011	14 025,21
2012	10 218,14
2013	-64 156,36
2014	41 266,82
2015	-3 629,47
2016	24 845,30
2017	-37 025,65
2018	-25 138,41
2019	-36 866,71
2020	72 760,45

RESULTADO ANTES IMPOSTOS



EPM, 18 de março de 2021

A Diretora Pedagógica



O Chefe Serviços Adm. e Financeiros



A Gerência

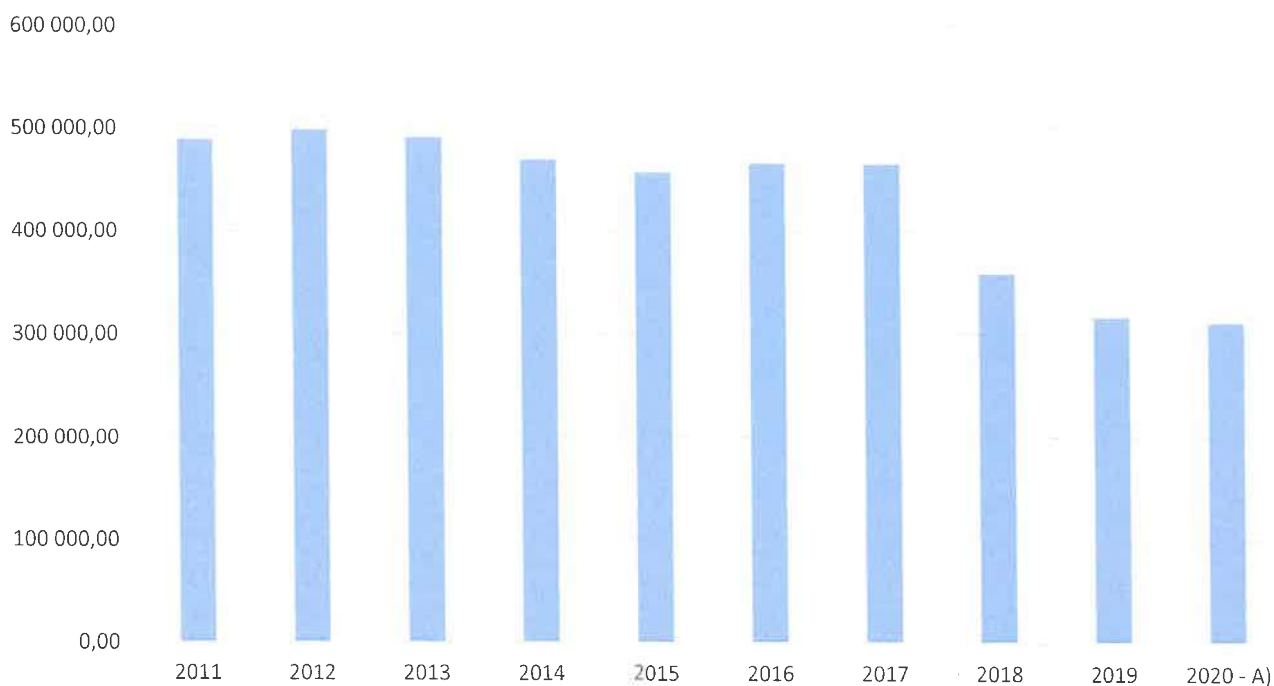


EVOLUÇÃO CUSTOS COM PESSOAL

ANO CIVIL	CUSTOS COM PESSOAL
2011	488 864,26
2012	498 261,36
2013	490 783,34
2014	469 063,75
2015	456 710,58
2016	465 682,29
2017	464 999,20
2018	358 975,81
2019	317 395,83
2020 - A)	312 149,41

A) Inclui interação dos trabalhadores Nuno Fernandes e Cristina Seródio

CUSTOS COM PESSOAL



EPM, 18 de março de 2021

A Diretora Pedagógica

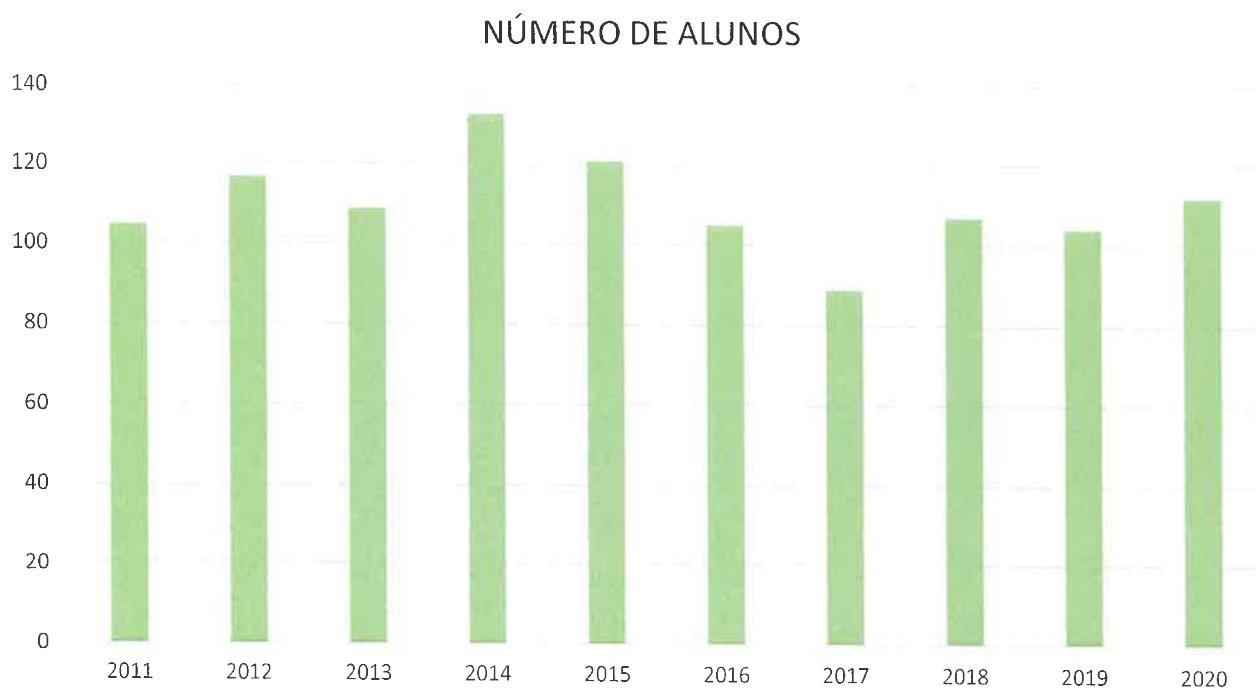
O Chefe Serviços Adm. e Financeiros

A Gerência

Maria Edite da Costa Fernandes de Sousa

EVOLUÇÃO NÚMERO DE ALUNOS

ANO CIVIL	NÚMERO DE ALUNOS
2011	105
2012	117
2013	109
2014	133
2015	121
2016	105
2017	89
2018	107
2019	104
2020	112



EPM, 18 de março de 2021

A Diretora Pedagógica



O Chefe Serviços Adm. e Financeiros



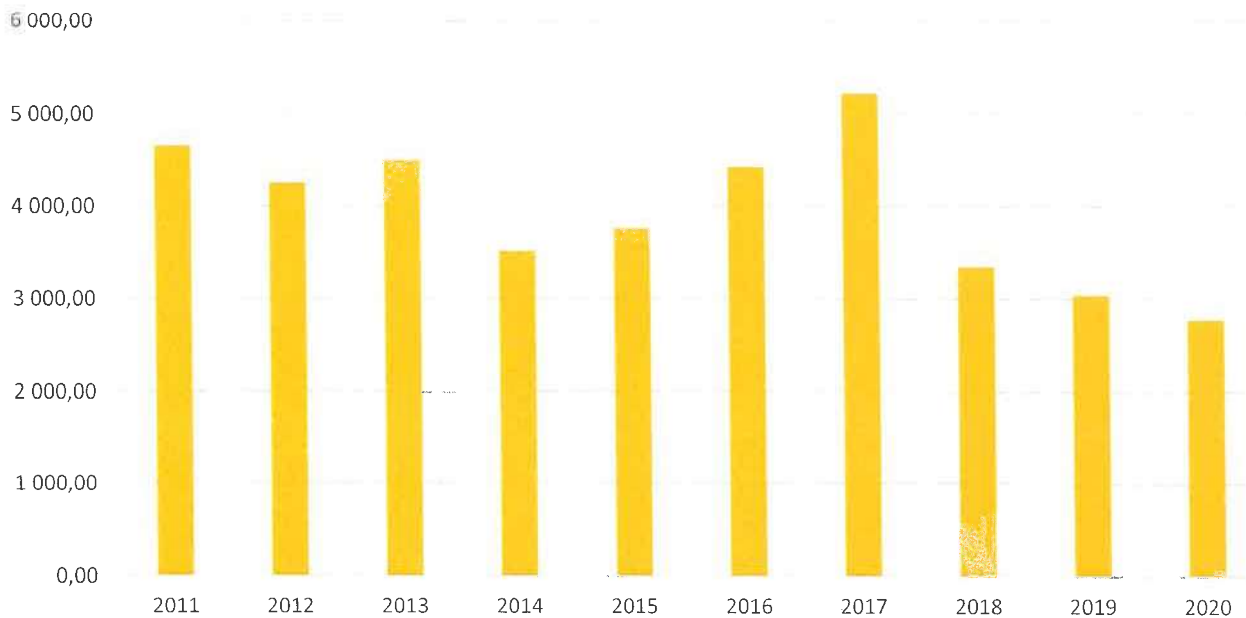
A Gerência



RÁCIO REMUNERAÇÕES / ALUNO

ANO CIVIL	NÚMERO DE ALUNOS
2011	4 655,85
2012	4 258,64
2013	4 502,60
2014	3 526,80
2015	3 774,47
2016	4 435,07
2017	5 224,71
2018	3 354,91
2019	3 051,88
2020	2 787,05

NÚMERO DE ALUNOS



EPM, 18 de março de 2021

A Diretora Pedagógica



O Chefe Serviços Adm e Financeiros



A Gerência

